Dificuldades e estratégias para *Mais Mulheres na Política* e o avanço das reivindicações feministas

- Dificultades y estrategias para más mujeres en política y el avance de las reivindicaciones feministas
- Challenges and strategies for more women in politics and the improvements of feminist claim

Simone Lolatto¹

Resumo: As reflexões trazidas neste artigo partem da elaboração da tese de doutorado da autora, que entrevistou as mulheres que foram vereadoras titulares em Florianópolis/SC, entre 1983-2008. Através de entrevista semiestruturada, levantamento documental, bibliográfico e análise de conteúdo, foi possível problematizar as relações sociais que se estabelecem na dinâmica familiar e no espaço legislativo a partir das vozes das próprias ex-vereadoras. As produções de Judith Astelarra (1987 e 2003), Lúcia Avelar (2001), Anne Phillips (1996 e 2001), Marta Torres Falcón (2012) e Maria da Glória Gohn (2007), estão entre os principais referências teóricos que subsidiaram essas reflexões. Objetiva-se abordar a questão da divisão sexual do trabalho e como a sobrecarga de responsabilidades na esfera doméstica ainda interfere na participação das mulheres na política eleitoral. Em seguida, as falas das entrevistadas demonstram como foi possível através de seus mandatos parlamentares avançar em algumas reivindicações feministas; finalmente serão levantadas dificuldades e alternativas para potencializar a eleição de mais mulheres.

Palavras-chave: Participação das mulheres na política. Divisão sexual do trabalho. Reivindicações feministas. Pactos inter e intra gêneros.

¹ Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de Gênero - NUSSEGE-UFSC. lolatto1810@gmail.com

Resumen: Las reflexiones presentadas en este artículo se basan en la elaboración de la tesis doctoral del autor, que entrevistó a mujeres que fueron concejalas en Florianópolis / SC, entre 1983-2008. A través de entrevistas semiestructuradas, encuestas documentales y bibliográficas y análisis de contenido, fue posible problematizar las relaciones sociales que se establecen en la dinámica familiar y en el espacio legislativo a partir de las voces de los propios ex concejalas. Las producciones de Judith Astelarra (1987 y 2003), Lúcia Avelar (2001), Anne Phillips (1996 y 2001), Marta Torres Falcón (2012) y Maria da Glória Gohn (2007), se encuentran entre las principales referencias teóricas que respaldaron estas reflexiones. El objetivo es abordar el tema de la división sexual del trabajo y cómo la sobrecarga de responsabilidades en la esfera doméstica todavía interfiere con la participación de las mujeres en la política electoral. Luego, las declaraciones de las entrevistadas demuestran cómo fue posible, a través de sus mandatos parlamentarios, avanzar algunas demandas feministas; finalmente, se plantearán dificultades y alternativas para mejorar la elección de más mujeres.

Palabras clave: Participación de la mujer en la política. División sexual del trabajo. Reclamos feministas; Pactos inter e intragénero.

Abstract: The reflections brought in this article start from the elaboration of the doctoral thesis of the author, who interviewed the women who were council members in Florianópolis/SC, between 1983-2008. Through a semi-structured interview, a documentary, bibliographical survey and content analysis, it was possible to problematize the social relations that are established in the family dynamics and in the legislative space from the voices of the ex-councilors themselves. The productions of Judith Astelarra (1987 and 2003), Lúcia Avelar (2001), Anne Phillips (1996 and 2001), Marta Torres Falcón (2012) and Maria da Glória Gohn (2007), are among the main theoretical references that supported these reflections. Initially it will be discussed the issue of the sexual division of labor and how the overload of responsibilities in the domestic space is still involved in the participation of women in electoral politics; then the interviewees' statements demonstrate how it was possible, through their parliamentary mandates, to support the advance of some feminist claims. Finally, difficulties and alternatives will be raised to empower the election of more women.

Keywords: Participation of women in politics. Sexual division of labor. Feminist claims. Inter and intra-gender pacts.

Introdução

Experimentamos uma fase de intensa aplicação das orientações neoliberais no Estado brasileiro: a retomada das privatizações de setores estratégicos para soberania nacional, a exemplo da extração, refinaria e comercialização do petróleo, a reforma trabalhista com uma série de flexibilizações a favor dos empregadores, o aumento do desemprego gerado a partir de uma forte crise atual do capitalismo agudizando os baixos salários e a precarização de trabalhos informais, os cortes de investimentos governamentais, ou o congelamento por 20 anos nos recursos destinados às políticas públicas de saúde, assistência social e educação.

Trata-se apenas de algumas das pautas que o governo federal colocou em votação recentemente no Congresso Nacional, pós-impeachment, e que obteve expressiva vitória e apoio de parlamentares. Pela frente e em breve essa agenda será intensificada com a provável reforma da previdência que certamente sacrificará ainda mais direitos da classe trabalhadora. São medidas e reformas que impactam fortemente a vida dos segmentos populacionais mais fragilizados econômica e socialmente, entre os quais se destacam as mulheres, as mulheres negras e a população negra e indígena, a classe trabalhadora e moradores das periferias. Não por acaso a composição da base de apoio que o governo contou para tais ajustes neoliberalizantes não foi outra senão um Congresso Nacional composto por 90% de homens, brancos, vinculados às bancadas conservadoras que se perpetuam na política eleitoral no Brasil.

As mulheres que foram historicamente excluídas dos espaços de poder, das decisões e da esfera pública, ainda são imensa minoria nesse *lócus*. Prossegue sobre seus ombros a maior carga de responsabilidades no âmbito doméstico e familiar, afetando intensamente as possibilidades delas participarem efetivamente da política eleitoral apresentando-se como candidatas e obtendo êxito nas eleições, uma vez que acumulam também desvantagens de capital político e, conseqüentemente, apoio dos partidos.

Diante de todo esse cenário, surgem alguns questionamentos: faz diferença para as mulheres contar com mandatos parlamentares de mulheres? Sendo mais da metade do eleitorado, quais os motivos de tão baixo percentual de mulheres eleitas? Que alternativas poderiam ser pensadas para potencializar a eleição de mais mulheres nos espaços legislativos? As próximas páginas trazem reflexões em torno dessas indagações, inicialmente com a primordial questão da divisão sexual do trabalho.

As responsabilidades na esfera da vida privada e os impactos na participação das mulheres na política

A divisão sexual do trabalho continua sendo uma das principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres e complexifica-se quando associamos a participação das mulheres nas disputas políticas. A sociedade continua exigindo que elas tenham como prioridade o atendimento à família: as crianças, o marido, a casa, os idosos ou adoecidos. O bom desempenho de toda dinâmica da esfera doméstica liga-se a dedicação, empenho e até abnegação, se assim for necessário, das mulheres que são parte dessa engrenagem social. Para tanto a elas são atribuídos títulos nobres de “heroínas”, “guerreiras”, “incansáveis”, quando na realidade encontram-se sobrecarregadas, frustradas e... muito cansadas.

As mulheres entrevistadas nesta pesquisa, ex-vereadoras titulares em Florianópolis/SC, capital do estado brasileiro com o menor índice de participação feminina na política eleitoral, afirmam que a família é um elemento crucial no momento de se decidir em levar ou não a frente uma possível candidatura e disputar uma vaga nas eleições.

Qualquer tipo de apoio é fundamental para aliviar as demandas numa campanha eleitoral, pois o cotidiano das mulheres na esfera doméstica, somado às dificuldades para enfrentar uma disputa com as demais candidaturas, torna-se uma árdua batalha. Há questões de ordem prática, relacionadas à divisão sexual do trabalho como ter que se preocupar em ir ao supermercado ou a feira; preparar as refeições; preocupar-se com a limpeza da casa ou a lavagem das roupas; ter que levar as crianças para escola ou ao médico, entre outras atividades que ainda permanecem, majoritariamente, a cargo das mulheres. Ter todo o tempo para dedicar-se ao fazer político é o que a maioria dos homens que estão no parlamento sempre teve; mas raras são as mulheres que puderam contar com essa contrapartida de seus maridos ou dos pais de suas crianças. Poucas mulheres recebem esse apoio de forma irrestrita em suas campanhas eleitorais e no cotidiano da vida política. O inverso é considerado óbvio e natural: elas se envolvem nas atividades do marido, pai, irmãos. Geralmente eles não se envolvem, temendo ser motivo de chacotas, e por vezes sentem-se envergonhados pelo fato de uma mulher da família estar “se expondo” tanto.

Neste sentido, Astelarra (1987, p. 165) ressalta a importância da análise sobre a questão da divisão sexual do trabalho, quando se trata das mulheres que assumem cargos políticos, uma vez que a participação política “não depende só da vontade das mulheres aceitar ou rechaçar esta situação, pois como tem se assinalado, opera um sistema de poder que elas não controlam” e pelo qual são enredadas a também reproduzir este habitus. Segundo Avelar

(2001, p. 173) “nesse jogo, as mulheres não têm, historicamente, nem representação e nem conhecimento das práticas originárias da dominação masculina”.

Majoritariamente são os homens que “herdam” o capital político acumulado pela família na área eleitoral. Muitos homens já “passaram o bastão” para outros familiares na vida pública, e isto é visto como normal na cultura política brasileira. Mas quando se trata de mulheres que se inserem nas disputas eleitorais por herança de capital político familiar, é comum serem criticadas e deslegitimadas, como se não tivessem capacidade ou interesse real de estarem nos espaços político-partidários. Para Pinheiro (2007, p. 91), a entrada das mulheres na política pela influência familiar também pode se dar por delas acompanharem e colaborarem em campanhas dos maridos, de tal modo que isso “contribui para o rompimento de uma socialização que não incorpora o mundo político como parte do horizonte de possibilidades da mulher”.

Gossio (2012, p. 149) defende que a distinção dos papéis de gênero “encarna em tipificações sociais que diferenciam os comportamentos esperados pela sociedade entre o que deve fazer um homem e o que deve fazer uma mulher”, tornando estereotipados os modos de agir nos mais diferentes espaços de vivência.

As entrevistadas de nossa pesquisa, assim como grande parte das mulheres que constroem uma carreira política, relatam que já se sentiram culpadas por terem deixado de estar mais presentes no crescimento, desenvolvimento e convivência com suas crianças. Esse sentimento, no entendimento de Avelar (2001), deve-se a um processo de socialização diferenciado entre homens e mulheres, que impõe a elas uma atribuição, como naturalizada, do amor e dedicação materna, de tal modo que,

com a maternidade, mais ainda, tempo e energia tornam-se cruciais na vida da mulher. As tarefas extra-família tornam-se cada vez mais seletivas. Já a paternidade não significa necessariamente alteração no estilo de vida, razão pela qual os homens podem continuar desempenhando tarefas envolveres, como é o caso da política (AVELAR, 2001, p. 153).

Portanto tal sentimento – de culpa pela ausência – não é comum entre os homens que possuem filhos e também estão na vida política, constitui-se em uma imposição cultural.

O sentimento de culpa, tão frequente entre mulheres que trabalham fora do âmbito familiar, associa-se diretamente aos papéis de gênero socialmente construídos e que influenciam suas práticas cotidianas, conforme avalia Pinheiro (2007, p. 37): “com base nas representações que fazem de si mesmos e do mundo, homens e mulheres tornam-se capazes de explicar sua prática de acordo com suas próprias lógicas”. Sob o estabelecimento desses papéis de gênero, edificaram-se uma série de comportamentos, como é o

caso das mulheres que conseguem adentrar nos espaços de poder, que por sua vez exigem considerável tempo de dedicação, e por isso passam a sentir-se culpadas por não conseguirem desempenhar seu suposto papel de boa mãe e ficar mais tempo com os filhos. “Numa sociedade patriarcal, tais lógicas acabam por resultar em um relacionamento entre os sexos no qual a mulher ocupa posição e função social de subalternidade” (PINHEIRO, 2007, p. 37).

Para além do sentimento de culpa, as dificuldades para as mulheres candidatas ou parlamentares em terem com quem compartilhar as responsabilidades gera, para elas, uma sobrecarga imensa: afirmam que precisam “se desdobrar em várias jornadas”. Na verdade, isso significa para as mulheres ter uma exaustiva e única jornada de trabalho, iniciando ainda antes do nascer do sol e terminando tarde da noite. Muitas vezes opera nas estruturas uma espécie de “teto de cristal” que limita o acesso ou a permanência das mulheres no âmbito público:

[...] um teto de cristal [...] é ‘uma superfície invisível na carreira de trabalho feminina que lhes impede de seguir avançando para ocupar os postos mais elevados nas hierarquias ocupacionais’. É invisível, pois não existem leis ou algum código explícito que assinala limitações para as mulheres ascenderem a postos de tomada de decisões. Sobretudo é invisível por este teto estar constituído sobre a base de outros traços imperceptíveis, simbólicos, a olho nu (GOSSIO, 2012, p. 163).

A partir da crítica feita por meio da alusão ao teto de cristal, estão presentes aspectos de uma socialização das mulheres educadas “como seres para outros, para ter medo de tomar decisões e, por outro lado, para obedecer, aprendem a ter medo do poder, não a exercê-lo” (GOSSIO, 2012, p. 164). Em relação a divisão de papéis na esfera privada, pode-se constatar que, vagarosamente, uma mudança advinda das novas gerações começa a surgir. Saúda-se o crescimento quantitativo de mulheres agindo diferente consigo mesmas, emulando uma mudança comportamental junto ao trabalho doméstico com a co-responsabilização dos adultos da família. Tal fator pode estimular a maior participação das novas gerações de mulheres nos espaços políticos, pois a literatura acerca do tema indica que contar com a representatividade feminina potencializa a visibilidade e o debate em torno de políticas públicas com equidade de gênero.

Na sequência nos deteremos a analisar a atuação parlamentar das entrevistadas, com base em suas falas propriamente, mas de forma bastante sintética tendo em vista as limitações de um artigo, e a partir disso, se debaterá a questão da representação de interesses na esfera do legislativo.

Mulheres parlamentares em ação – as reivindicações feministas na esfera legislativa

As mulheres compõem uma parcela minoritária no cenário da política eleitoral no Brasil; paralelamente, presencia-se o crescimento de um quadro conservador, em que muitas reivindicações relacionadas aos direitos humanos estão em franco retrocesso. O conservadorismo, segundo Avelar (2001, p. 89), associa-se ao apoio do status quo, à subserviência aos ordenamentos e autoridades constituídas, enfim pode ser entendido por meio de atitudes e comportamentos “que referendam a continuidade da ordem estabelecida, em contraponto àqueles voltados ou receptivos a mudanças”.

A falta de comprometimento com o avanço dos direitos das mulheres, bem como a defesa dos direitos humanos de grupos discriminados, tem ficado evidente no contexto nacional diante da composição conservadora do atual Congresso Nacional, cujas pautas progressistas vêm sofrendo um trágico revés, com a perda de direitos e discursos misóginos, homo-lesbo-transfóbicos, racistas e de ódio. Fala-se da bancada BBB – Bala, Boi e Bíblia – para se referir aos grupos com os quais esses parlamentares estão ligados: defensores da militarização e posse indiscriminada de armas (Bala), grandes latifundiários brasileiros (Boi) e a bancada religiosa composta por evangélicos e católicos conservadores (Bíblia).

Em relação à pesquisa que realizamos, no que se refere à atuação parlamentar das tão somente seis mulheres que foram vereadoras titulares em Florianópolis, entre 1983 e 2008, foi possível observar um nítido compromisso com os movimentos sociais progressistas por parte de cinco delas, conforme constata-se em seus relatos a seguir.

Uma vez identificada enquanto feminista, Clair Castilhos teve como principais ações de sua atuação parlamentar a criação do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres e a estruturação do Comitê Municipal de Mortalidade Materna. Além disso, sua atuação no legislativo pautou-se por muitos discursos e atividades de rua, em parceria com movimentos de mulheres, colaborando na visibilidade das reivindicações feministas:

Teve inúmeras audiências públicas, questões trazidas pelos movimentos de mulheres e que nós levávamos adiante, articulamos o movimento de mulheres do partido dando origem ao MDBMulher em Florianópolis, fizemos 08 de Março na praça, muitas panfletagens nas ruas e em comunidades. Fizemos uma campanha própria das Diretas como núcleo de mulheres do PMDB. Construímos o primeiro e histórico encontro de mulheres catarinenses em Itajaí, chamado pelo MDBMulher. De projeto de lei mesmo teve a criação do Conselho Municipal da Condição Feminina, na época se chamava assim, hoje melhorou para Conselho dos Direitos das Mulheres. Também o Comitê de Mortalidade Materna de Florianópolis, as primeiras sessões especiais pelo 08 de Março, e muitas ações não se materializam propriamente em projetos de lei, mas

atendiam solicitações dos movimentos de mulheres e se fazia alguma publicidade.

Por meio do mandato parlamentar desta que foi a primeira vereadora titular em Florianópolis – Clair Castilhos, eleita em 1982 e reeleita em 1988 - foi possível levar para a esfera do legislativo municipal a discussão de temas relacionados às principais formas de discriminação e opressão que recaem sobre as mulheres, bem como as bandeiras defendidas pelo feminismo. Destaca-se sua contribuição na criação do MDB Mulher, provavelmente o primeiro agrupamento feminino dentro de um partido político em Santa Catarina, e notadamente a primeira organização feminista no Estado, em atividade até hoje: a Casa da Mulher Catarina. Clair chama a atenção para uma questão: “muitas ações não se materializam propriamente em projetos de lei”, como as diversas audiências públicas, discursos e defesas proferidas no parlamento.

Dentre as principais frentes de atuação do mandato parlamentar na sua passagem pela Câmara Municipal de Florianópolis, Clair enumera alguns projetos que foram aprovados e se tornaram lei. Para além da participação nas comissões e frentes parlamentares, ela avaliou que durante sua vereança ocorreram importantes debates sobre o Plano Diretor da cidade, alterações de zoneamento, saúde pública, meio ambiente e desigualdades vividas pelas mulheres, que foram pautados em audiências públicas ao longo de seus dez anos de mandato legislativo. Clair ressalta que também conseguiu que a Câmara Municipal de Florianópolis aprovasse

[...] bancos reservados nos ônibus para gestantes, pessoas com deficiência e idosos (quando ainda não havia legislação sobre essas questões), Moção de Repúdio à Organização Mundial de Saúde por incluir o homossexualismo na Classificação Internacional de Doenças (CID), investigação do uso do brometo de potássio na farinha do pão (para aumentar o tamanho com produto químico nocivo à saúde), obrigatoriedade das feiras livres terem refrigeração e proteção para alimentos perecíveis oferecidos in natura, além de propostas mais conjunturais (CASTILHOS, 2013, p. 15).

As mulheres, ao serem eleitas, certamente legislam ou governam sobre todos os assuntos que tramitam no espaço político em que se situam. Portanto, quando se é vereador(a), deputada(o), prefeita(o), pressupõe-se que a atuação deve levar em conta os assuntos propostos pelos cidadãos e não simplesmente de um grupo específico. Segundo Avelar (2001, p. 176), para as mulheres o campo da “política é o da conquista inadiável”, pois

[é] na política que o verdadeiro jogo é jogado para a introdução de mecanismos que alterem a secular dominação masculina em todos os campos, transformando as instituições de modo que espelhem os direitos de ambos os sexos, reconhecidos e legitimados por práti-

cas efetivas (AVELAR, 2001, p. 176).

As questões relacionadas à discriminação e violência contra as mulheres marcaram a atuação política de Lia Kleine, vereadora eleita em 1996, conforme seu relato:

Com frequência cedi aos movimentos sociais meu tempo de uso da Tribuna e várias vezes foram pronunciamentos dos movimentos de mulheres. Em todos os 08 de Março, tinha uso da Tribuna por lideranças feministas, eu fazia questão disso e sempre tinha a sessão especial em homenagem ao Dia da Mulher. Outra data importante era 25 de novembro que destacávamos o dia pelo fim da violência contra as mulheres. Fizemos muitas audiências públicas para debater esses temas, entendíamos que a Câmara tinha que ser um espaço público para todos os segmentos, e além de tudo era educativo para funcionários e vereadores. Eu era a única mulher, me sentia no dever de levantar as questões das discriminações sofridas por nós. Foi em nosso mandato que criamos a Medalha Antonieta de Barros, para evidenciar o trabalho de mulheres em Florianópolis, e aprovamos a lei municipal do atendimento e atenção às mulheres que sofrem violência sexual, a uma contratação de emergência. Apresentamos muitos requerimentos com destinação orçamentária para políticas voltadas às mulheres, para criar a casa abrigo para mulheres vítimas de violência e não conseguimos ver isso realizado, mas era uma discussão cotidiana no mandato. Em relação ao Orçamento Público, articulávamos com as deputadas estaduais, mandávamos release para a imprensa sobre aqueles debates e reproduzíamos em nossos boletins. O espaço parlamentar, em nosso entendimento, precisava difundir ideias avançadas, por isso eu falava, mas também trazíamos pessoas para falar sobre saúde pública, violência contra a mulher, demandas das mulheres negras. Contribuímos na estruturação do Protocolo Municipal de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual. Em muitos dos discursos que proferi na Câmara eram pontuadas questões das discriminações das mulheres e como seria importante de ter mais mulheres ali naquele parlamento.

Destaca-se a importante defesa pela então vereadora Lia na regulamentação de medidas de atenção e contratação de emergência às mulheres que sofrem violência sexual no município. Lia afirma que “não conseguia muita coisa, queria ter feito mais”, porém é nítido seu esforço para a visibilidade das demandas feministas e discriminações que afetavam (afetam) especificamente as mulheres.

Do mesmo modo, Ângela Albino – vereadora eleita em 2004 - já trazia em sua campanha eleitoral reivindicações relacionadas à defesa dos direitos das mulheres:

Sou feminista e já era feminista quando fui candidata pela primeira vez. Me colocava politicamente como feminista. O mandato de vereadora foi o desaguadouro de muitas pautas feministas, nós acolhemos essas demandas, não no sentido de estar distante e propor projetos de lei, mas estávamos junto com os movimentos de mulheres da cidade. Participamos das atividades de rua em todos os 08 de março, 25 de novembro e

nos 25 de julho, que é o dia da mulher negra - apesar da Câmara estar em recesso, sempre pautávamos. Eram feitas audiências públicas para debater as questões que os movimentos de mulheres achavam mais importantes. E foi por meio de muitas audiências públicas e envolvimento com os movimentos de mulheres que nosso mandato contribuiu com a rearticulação e reativação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, o COMDIM que estava inativo desde 1995, elaborando uma nova lei em substituição à de 1988, que estava defasada em 2006; batalhamos para criar o CREMV, o Centro de Referência que atende mulheres que sofrem violências; e, partiu de nosso mandato a proposta da lei que criou a Coordenadoria Municipal da Mulher, inclusive foi a professora Teresa Kleba que fez toda a redação das atribuições que a Coordenadoria tem até hoje. E o projeto de lei sobre as habitações populares ficaram preferencialmente no nome das mulheres que logo depois passou a ser normativa do governo federal. Criamos a comemoração do Dia da Mulher Negra no 25 de julho e o Dia Municipal de Combate a Homofobia, Lesbofobia e Transfobia no dia 17 de maio. Brigamos muito pela casa abrigo, sempre destinamos recursos nas discussões do orçamento municipal, mas ainda não conseguimos aqui em Florianópolis.

Assim como Lia, Ângela Albino chama a atenção para a não concretização do Projeto Casa Abrigo para mulheres que correrem risco de vida no município. Ao longo dos quatro anos em que foram parlamentares, insistiram em destinar recursos do orçamento para esse equipamento, e até hoje Florianópolis não construiu. Marcadamente o mandato de Ângela Albino, entre 2005-2008, contou com a participação das feministas locais, numa via de mão dupla, pois ao passo que esses movimentos apresentavam suas demandas, elas eram transformadas em iniciativas no âmbito do legislativo municipal. Da mesma forma, a parlamentar recebia o apoio desses movimentos, os quais participavam das audiências públicas e atividades que tinham como objetivo reivindicar políticas para as mulheres. Nesse processo foi possível: criar a Coordenadoria Municipal de Políticas para Mulheres (2008); rearticular do Conselho Municipal da Condição feminina, com profunda revisão na sua lei e reestruturando-o para o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres – COMDIM, que veio a ser composto e teve seu funcionamento retomado em novembro de 2008, estando em atividade até a presente data; e criar o Centro de Referência de Atendimento a Mulheres em Situação de Violências (CREMV), após um debate com ampla participação dos movimentos de mulheres entre os anos de 2006 e 2008, tendo sido inaugurado em 6 de março de 2009 e seguindo em funcionamento com um trabalho já reconhecido e consolidado no município. Não são de menor importância os discursos proferidos pela parlamentar no uso da Tribuna, que contribuíram para visibilizar o contexto violento e opressivo enfrentado pelas mulheres, população negra e LGBT, três temas recorrentes na trajetória política de Ângela Albino.

Zuleika Lenzi, eleita vereadora em 1992, diz que em sua vereança pautava as questões relacionadas às demandas das mulheres de um modo mais

abrangente:

Meu empenho estava mais voltado às possibilidades de trabalho para as mulheres, e por isso minhas defesas iam no sentido da ampliação de vagas em creches, atendimento em tempo integral e creches abertas também na época da temporada de verão aqui em Florianópolis. A questão do direito a moradia, como importante forma de autonomia para mulheres. A política mais geral tem interlocução com as lutas específicas, as dificuldades das mulheres em vários momentos eram pautadas em meu mandato, por exemplo quando se discutia questões na área da educação, da cultura, da moradia, do trabalho, das vagas em creches. Além disso, fomos nós que criamos, via projeto de lei, o Balcão da Cidadania, que existe até hoje na Câmara e considero uma das ações mais importantes que fizemos.

A atenção a estas questões mais abrangentes não quer dizer que não tenha havido envolvimento de Zuleika quando vereadora com as reivindicações feministas. Há que se considerar a popularização do feminismo no cenário local florianopolitano, contudo ela enfatiza que se empenhou na defesa dos direitos das mulheres de maneira transversalizada nas áreas prioritárias pautadas no período de sua atuação parlamentar.

Ao longo da entrevista, Zuleika chama a atenção para a situação das mulheres no trabalho, destaca que majoritariamente são elas que ocupam as funções menos valorizadas economicamente e elas são maioria no setor informal, por isso desde jovem nutriu interesse nas reflexões em torno da inserção das mulheres no mundo do trabalho. Especialmente na década de 1990, coincidindo com o período em que Zuleika Lenzi esteve no exercício da vereança (de 1993 a 1996), Maria da Glória Gohn (2007, p. 59) diz que

as políticas neoliberais do final do século XX atingiram fortemente as mulheres, que passaram a desenvolver atividades no setor informal, em relações de trabalho mais precárias que antes. No campo das políticas públicas o tema das mulheres tem sido tratado de maneira fragmentada, como parte dos grupos sociais vulneráveis, em situação de risco, e integrando os programas focalizados de 'inclusão social' – chave política das políticas neoliberais para trato da pobreza, desemprego e crescimento econômico, sob a rubrica de políticas que visam a promover a igualdade de oportunidades, tendo o mundo do trabalho como referência.

Os temas de maior esforço do mandato de Zuleika para com as mulheres dialogavam diretamente com a ampliação da cidadania feminina: creche em período integral, balcão da cidadania e direito a moradia.

Lia Kleine abarcou em seu mandato demandas que vinham de categorias de trabalhadores e sindicatos, como dos motoristas e cobradores de ônibus, do funcionalismo público municipal, sem deixar de atentar para as reivindicações do movimento estudantil e as pautas da educação de modo geral.

Seu gabinete recebia diferentes grupos de mulheres, bem como representantes de movimentos comunitários, tudo isso num contexto de feroz aplicação das medidas neoliberais, conforme a própria Lia faz questão de mencionar:

Eu participava de várias comissões importantes dentro da Câmara, com destaque para a Comissão de Trabalho e Comissão de Educação, das quais fui presidenta. Nosso gabinete era um entra e sai de movimentos sociais, sindicatos, associações de moradores, mulheres, juventude, ecologistas. Nos reuníamos bastante para organização de manifestações, estávamos em pleno período de neoliberalismo, de privatização e sucateamento dos serviços públicos..

Constata-se nas falas das vereadoras Lia Kleine e Ângela Albino (abaixo) a ligação com duas áreas dos movimentos sociais: o sindicalismo e grupos identitários ou culturais. Na leitura de ambas, um não exclui o outro, e conforme alude Maria da Glória Gohn (2007), a atuação dos movimentos de mulheres, da população LGBT e os debates de gênero, trazidos por feministas, estão conseguindo, após um período de resistência por parte dos sindicalistas, dar “sentido e direção aos movimentos sociais, questionando os modelos de democracia existentes”, de tal maneira que “os direitos culturais estão colocando-se para acima dos econômicos, sociais e políticos, sem os eliminar” (GOHN, 2007, p. 42).

Ângela Albino ressalta as frentes prioritárias de atuação de seu mandato parlamentar nas comissões de Trabalho, Transporte Público, Direitos Humanos e Constituição e Justiça, e no cotidiano de seu mandato ela destaca:

Sempre trabalhamos muito com os movimentos sociais em geral, o mandato era porta-voz de diversos segmentos como os trabalhadores do serviço público municipal, sindicalistas, juventude, tanto do movimento estudantil como das manifestações pelo passe livre e do transporte público que afeta toda a cidade, assim como da mobilidade urbana, das questões de gênero como um todo, englobando as mulheres e pessoas LGBT, as pautas do movimento negro. Era muito trabalho. Não conseguíamos aprovar tantos projetos, mas debatíamos bastante, fazíamos audiências públicas para tratar temas específicos de cada área. Além, é claro, de estarmos sempre atentas às ações do poder público. Chegamos a instaurar uma CPI em que dois vereadores tiveram seus mandatos e direitos políticos cassados, foi o episódio conhecido como ‘Moeda Verde’² em Florianópolis. Era uma tensão constante, não tinha alívio.

Percebe-se uma articulação destacada dos mandatos de Ângela Albino, Lia

2 A Operação Moeda Verde, tornada de conhecimento público no ano de 2006, constituiu-se numa investigação da Polícia Federal e Ministério Público de Santa Catarina, em que os investigadores encontraram evidências da prática de “crimes contra o meio ambiente, o patrimônio público (especialmente a grilagem de terras públicas) e a administração pública”. Tais atos ilícitos contavam com a participação de grupos do setor de empreendimentos imobiliários e pessoas com cargos políticos em Florianópolis. Mais informações podem ser encontradas disponíveis em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Opera%C3%A7%C3%A3o_Moeda_Verde. Acesso em: 21 abr. 2016.

Kleine e Clair Castilhos com as reivindicações feministas e demandas das mulheres.

Clair Castilhos, vereadora entre 1983-1992, e Zuleika Lenzi que foi parlamentar entre 1993-1996, ao longo de seus mandatos e principalmente depois deles, tornaram-se expressivas lideranças feministas, tanto no âmbito local como a nível nacional. É importante ponderar que Lia Kleine, cujo mandato foi entre 1997-2000, e Ângela Albino, que legislou entre 2005-2008, já se identificavam publicamente como feministas. Por isso percebemos nas iniciativas parlamentares de Lia e de Ângela Albino um forte envolvimento em debates relacionados as demandas das mulheres, reivindicações feministas, aos direitos das pessoas LGBTs e da população negra.

Jalila El Achkar, eleita vereadora em 1988, esteve com Clair em seu segundo mandato parlamentar, afirmou que as reivindicações dos movimentos de mulheres se concentravam com sua colega, que já havia construído interlocução com esses movimentos:

A Clair era muito forte nisso e acabavam indo para o mandato dela essas demandas das mulheres. Sempre que tinha alguma coisa nessa área ela me convidava, eu ia e participava das atividades, mas não é que fosse uma bandeira de meu mandato, uma prioridade, que isso fosse um diferencial. Eu votava junto nos projetos de lei dessa área, mas não desenvolvi nada específico. Minha atuação enquanto vereadora era mais voltada nas questões ambientais e aí se desdobravam em outras que são os parques públicos, o tratamento e separação do lixo, a educação ambiental, zoneamento e planejamento urbano.

Segundo nos diz Jalila, era bastante cansativo perder frequentemente as votações, mas, mesmo com isso, não desistiam de lutar pelas causas ambientais em defesa de uma cidade melhor para se viver. Ela afirma que:

Na oposição éramos minoria, então sempre perdia nas votações (risos). Mas estávamos em seis da oposição e posso te dizer que até a gente entrar pouco tinha de debate na rua. Nós fazíamos o enfrentamento e levávamos os assuntos para fora da Câmara, para o povo ter conhecimento do que acontecia lá dentro.

Ângela Amin também foi vereadora titular em Florianópolis, eleita em 1988, porém foi a única que não aceitou ceder entrevista ou responder questões enviadas por e-mail. Contudo, por ter uma longa trajetória na política eleitoral, tendo sido deputada federal por dois mandatos e a única mulher prefeitura de Florianópolis (1997 a 2004), foi possível, via levantamento documental, saber que sua atuação parlamentar tinha como prioridade as áreas da educação, creche, saúde das crianças na primeira infância e moradia popular.

Nota-se que as temáticas priorizadas por Jalila – meio ambiente e planejamento urbano, e por Ângela Amin - educação, creche, saúde das crianças, habitação - certamente poderiam demandar uma transversalidade de gênero

nas políticas públicas para enfrentamento dessas questões, o que não ocorreu. Tal fato não desmerece o empenho dessas parlamentares em seus mandatos. A questão que poderia ser levantada é que ambas - Jalila e Ângela Amin – apesar de terem pautado em suas atuações parlamentares temas associados à dinâmica da vida cotidiana das mulheres – meio ambiente, creches, moradia, etc – nenhuma delas estabeleceu relação com o feminismo. Certamente, conforme destaca Phillips (1996), a presença das mulheres na política é um fator importante, porém não significa que todas as mulheres irão agir sobre as temáticas que mobilizam os movimentos feministas. Esta autora diverge da opinião de que a simples presença das mulheres na política represente um ganho qualitativo para as reivindicações feministas, e assevera que é preciso considerar a política de presença e a política de ideias.

A política de presença refere-se à necessidade das múltiplas identidades estarem representadas nos espaços da política e, por consequência, fragmentada em uma elipse sem fim a sociedade, pois as características identitárias de cada agrupamento social, desde os mais densos até os menores em contingente populacional, reivindicariam a expressão de suas vozes com a presença de seus verdadeiros representantes. Neste sentido, entram cena tanto os interesses de classes, passando por grupos religiosos diversos, tribos indígenas, povos quilombolas, até pessoas negras, LGBTQs ou mulheres. Para Phillips (2001) defender a política da presença, pensando unicamente no sexo – homens-mulheres – implica uma posição, no mínimo, antidemocrática, tendo em vista a pluralidade das identidades no contexto da modernidade e pós-modernidade.

A política de ideias mostra-se mais plausível, segundo a autora, por tratar mais das demandas dos diferentes contingentes populacionais do que propriamente a presença de todos num espaço parlamentar. O que significa na prática, por exemplo, uma pessoa com alto poder econômico, de classe elitizada, defender e representar os interesses dos trabalhadores e pessoas pobres. Ou que homens, conscientes do sistema patriarcal opressivo, defendam pautas feministas e a paridade de gênero na política.

No entanto, conforme ressalta a própria Phillips (1996, p. 80), “enquanto o número de mulheres eleitas é tão escasso e a gama de temas considerados ‘políticos’ sejam definidos por homens, o dilema dificilmente será superado”.

É fato que nem todas as mulheres eleitas estarão envolvidas com as reivindicações feministas. Todavia, considerar e apoiar tais demandas são fundamentais para avançar na proposição de políticas públicas com equidade de gênero. Quanto mais parlamentares se identificarem como feministas, maior será o ganho político tanto para o movimento feminista como para a visibilidade das discriminações que ainda persistem e principalmente para a formulação de legislações que visem à equidade de gênero, pois

a consciência feminista tem uma influência mais significativa do que a representação por gênero, contribuindo para que sejam discutidas politicamente as situações objetivas que colocam as mulheres em posição inferior e desigual e que, no geral, são decorrentes de fatores estruturais que só mudarão pela ação coletiva e ação política substantiva (AVELAR, 2001, p. 61).

Neste sentido, considerando a importância singular de eleger mais mulheres feministas, há que se pensar em estratégias para alcançar o êxito eleitoral daquelas que se dispõem e desafiam o *status quo* ao se lançarem candidatas. Paralelamente pode-se levantar questões em torno dos pactos intergêneros – entre homens e mulheres – e dos pactos intragêneros – entre mulheres – para eleger tanto quantitativamente mais mulheres, como eleger mais mulheres e homens comprometidos com a defesa dos direitos dos contingentes populacionais historicamente discriminados e excluídos dos espaços de poder de tomada de decisões no âmbito público. Essas questões serão trazidas para a reflexão a seguir.

Aspectos dificultadores e possíveis estratégias: pactos intergêneros e intragêneros

Problematizar a questão do escasso número de mulheres nos assentos parlamentares envolve pensar em possíveis estratégias para potencializar o êxito eleitoral das mulheres. Dentre as estratégias que serão levantadas, destacam-se aqui os pactos intergêneros e os pactos intragêneros,

Sabe-se que não se trata de uma causa única, mas sim razões diversas, de ordem prática e simbólica, que dificultam e, ao mesmo tempo, repelem as mulheres de participarem da política partidária e eleitoral. Cruz (2013, p. 68) afirma que “os homens, publicamente, até admitem a importância da participação feminina nas esferas públicas, mas na prática tem muita dificuldade em compreender ou conviver com essa realidade”, o que justifica em parte que os partidos políticos ainda tenham resistência em investir nas candidaturas de mulheres.

Além disso, a mídia muitas vezes expõe casos de corrupção na política e, de modo equivocado, tende a generalizar, construindo um entendimento no imaginário social de que “político é tudo igual” ou “todos os políticos são corruptos” ou “na política ninguém presta”. Esse discurso de descrédito na área eleitoral se transforma num fator que desestimula enormemente a entrada das mulheres nesse espaço, contribuindo para uma cultura de não participação.

Ademais, a incipiente presença quantitativa de mulheres nos espaços políticos ou disputas eleitorais, também se associa a um contexto histórico cultural conservador. Segundo Phillips (1996), o baixo percentual de mulhe-

res nos espaços da política eleitoral tem estreita ligação ao imaginário coletivo, à cultura que historicamente atribui o lugar das mulheres, a esfera privada, da vida doméstica. Desta maneira, apesar da ocupação dos cargos de poder na política ocorrer sob os auspícios da democracia liberal, este “sistema de representação exclui consistentemente as vozes das mulheres e não é só injusto; não se pode tomá-lo sequer como de representação” (PHILLIPS, 1996, p. 70).

Todo esse sistema opera consistentemente em nossa sociedade, perpetuando uma maciça presença masculina na política eleitoral. O retrato do parlamento é perfeitamente visualizado em nossa imaginação: homens, brancos, vestindo seus ternos e gravatas acinzentados. Tal retrato nos remete ao que Amorós (2007, p. 142) denomina de “pacto entre varões”, trata-se, pois de “um esquema patriarcal [...] que desenha simbolicamente um tipo com determinados atributos que marcam, justamente, o tipo que deve exercer o poder”. Isto reforça o que Serret (2012, p. 02) analisa como os “pactos hipotéticos patriarcais”, que se dão entre os homens para perpetuá-los nos espaços públicos valorizados e manter as mulheres excluídas desses lugares, com base numa estruturação fortemente consolidada.

Reflexionar sobre este cenário e possíveis estratégias para eleger mais mulheres nos espaços parlamentares são fundamentais. E uma das estratégias a ser considerada é a construção do apoio partidário, como uma estratégia de pacto intergêneros (RODRIGUEZ, 2002), cujas candidaturas de mulheres venham a contar com apoio e estrutura do seu partido político para o êxito eleitoral em várias coligações.

Os pactos intergêneros, propostos por Rodríguez (2002, p. 95), pautam-se em ações partilhadas entre homens e mulheres, a fim de se buscar a equidade de gênero, a solidariedade, a justiça distributiva de bens materiais ou não materiais (conhecimento, poder, amor, apoio); e a confiança, segurança, responsabilidade mútua e compartilhada, o poder contar em reciprocidade com a/ao outro/a. Conforme aponta a autora, o pacto intergêneros baseia-se nos acordos advindos no âmbito da identidade de referência como seres humanos: das mulheres com homens e dos homens com mulheres, para poder desconstruir mandatos patriarcais de gênero e a dominação masculina universal, substituindo-os pela construção de novas formas de relações, poder e convivência equitativa. Para Rodríguez o *pacto intergênero* deve vir acompanhado de mais dois pactos: *pacto intragênero* – entre mulheres, e entre homens; e *pacto intrapsíquico* – no âmbito da subjetividade, ou seja, de cada pessoa consigo mesma, desconstruindo estereótipos na construção permanente e livre da sua formação como sujeito individual.

Sem a estruturação desses pactos, mantidas as condições estruturais atuais e de ínfimo avanço do percentual de mulheres eleitas nos últimos 30

anos, o aumento significativo de participação das mulheres na política tende a acontecer somente quando houver o estabelecimento de cotas de cadeiras no parlamento para mulheres, ou a mudança no sistema eleitoral para listas fechadas com alternância de gênero.

Os partidos políticos, mesmo que não sejam os únicos, são fundamentais para o aumento numérico das mulheres nos espaços de tomadas de decisões do âmbito público. Para González (2007, p. 37) “são o gênero e as atitudes das elites dos partidos os fatores que mais podem estar influenciando” o cenário de exclusão das mulheres da política eleitoral como candidatas exitosas. Notadamente, ao longo da história os partidos políticos não envidaram esforços para a inserção e participação das mulheres em suas instâncias de decisões – as direções partidárias – e, reflexo disso, se percebe numa aversão inclusive das feministas em se filiarem aos partidos políticos. Paradoxalmente, são as feministas que levantam a bandeira de “mais mulheres na política” e, pela legislação eleitoral brasileira, só é possível se candidatar e ser eleita(o) a partir de uma filiação partidária, não existem “candidatas autônomas” ou “candidatos avulsos”.

Assim, outra estratégia possível, relaciona-se aos movimentos feministas que precisam construir uma onda inversa, um pacto intragênero (entre mulheres): ao se perceber tão poucas mulheres com disposição para se candidatarem, as feministas deveriam cogitar seriamente seu ingresso massivo nos partidos políticos e pleitearem elas suas próprias candidaturas, pois quanto maior a participação das mulheres na política, mais qualidade teríamos nas estruturas partidárias e nas tomadas de decisões inclusive interna aos partidos e suas instâncias de direção.

É realmente compreensível que as mulheres em geral tenham resistências aos partidos políticos considerando as marcas históricas de exclusão feminina do âmbito público e que essas estruturas – os partidos – foram, não só coniventes, como articuladores protagonistas da permanência das mulheres no âmbito privado. Os discursos pautados na democracia liberal, segundo Falcón, necessitam serem questionados e desmascarados em suas falsas dicotomias igualdade-diferença, igualdade-equidade, tão presentes nos referentes masculinos:

A diferença é um fato; a igualdade um direito. A igualdade é um princípio reconhecido no campo dos direitos humanos; a equidade é uma nuance que invoca a equivalência. A diferença é um suposto básico da igualdade. A equidade é uma estratégia para alcançar a igualdade (FALCÓN, 2012, p. 100).

O objetivo de aplicar medidas equitativas deve ser a igualdade, a exemplo das ações afirmativas, as cotas, que devem ser medidas temporais para conseguir um equilíbrio que finalmente conduza à igualdade. Mesmo

com a obrigatoriedade da lei de cotas, impossibilitando o registro da coligação proporcional que não apresentar os 30% de candidaturas de mulheres, muitos partidos ainda estão recorrendo a “laranjas” por não terem mulheres dispostas a serem candidatas, pois não houve investimento partidário na formação de lideranças e dirigentes mulheres, e logicamente não será de uma hora para outra que haverá uma legião delas dispostas a encarar uma disputa eleitoral.

Há ainda a reflexão em torno do conservadorismo do voto em uma sociedade visivelmente apegada a estereótipos, inclusive no que se espera de candidatas e possíveis mulheres eleitas. Na compreensão de Serret (2012), o olhar androcêntrico é que define uma espécie de tipo ideal, presente no imaginário social, que mantém em operação os mesmos padrões para o exercício do poder.

O olhar androcêntrico segue constituindo hoje em dia um limite na participação em termos de agentes, de sujeitos autônomos e empoderados, das pessoas que não respondem ao perfil socialmente normativo de homem branco, adulto não velho, proprietário, educado, heterossexual [...]. O poder político se define a partir da forma como o poder androcêntrico categoriza as mulheres e as regras de apropriação das mesmas (SERRET, 2012, p. 19).

Nessa estrutura de poder androcêntrica (onde mandam os homens), limita-se a entrada para algumas mulheres, preferencialmente mantendo-se o perfil normativo, conforme aponta Serret. E infelizmente nem mesmo o fato de termos, no Brasil, mais da metade do eleitorado composto por mulheres tem sido suficiente para diminuir a abissal desproporção de gênero em participação política. Assim é que se ouve com frequência, no período eleitoral e no momento pós-eleições que “as mulheres não votam em mulheres”. Mas será que fato que isso ocorre? Avelar (2001, p. 84) explica que, apesar do tema *participação política da mulher* ser muito debatido, é difícil encontrar pesquisas que analisam as “especificidades do voto da mulher e como esse arsenal eleitoral poderia ser mobilizado para incrementar a representação política feminina”. Questão que é reiterada por Pinheiro (2007, p. 49): “existem pouquíssimos estudos no Brasil que tratem da questão das bases eleitorais femininas”.

Numa disputa eleitoral as exigências emocionais para com as pessoas que se candidatam são muito fortes, há uma intensa agenda de reuniões, encontros, visitas em domicílios e a resolução de problemas próprios de uma campanha eleitoral, que abala emocionalmente quem é candidata/o. A maior parte das mulheres, menos familiarizadas e preparadas para enfrentar essa batalha, e ao mesmo tempo acumulando as responsabilidades familiares junto à campanha eleitoral, acaba por se fragilizar em alguns momentos da disputa eleitoral. É frequente ouvir de candidatas e parlamentares eleitas que os encontros e atividades que reúnem mulheres são revigorantes e fortalecedo-

res, pois nesses momentos recebem abraços e carinho das mulheres que lhes apoiam em meio a tanta aspereza e dificuldades que encontram no cotidiano de uma campanha eleitoral ou no exercício parlamentar. Nossas entrevistadas relataram que a solidariedade e o afeto abundante que receberam de outras mulheres e que lhes conferiram um apoio capaz de mantê-las firmes nas disputas eleitorais e no curso dos mandatos parlamentares – os quais exigem delas uma postura fria, sem emoções.

Evidencia-se a possibilidade real de se pensar mais na construção de pactos intragêneros para as campanhas e mandados de mulheres, e avaliar a importância de reforçar aquelas candidaturas identificadas com as questões de gênero e feministas, essa poderia ser uma estratégia fundamental para o êxito eleitoral dessas candidatas.

Mostra-se salutar, antes de se reproduzir o que foi difundido de que “mulher não vota em mulher”, a necessidade de reflexão sobre alguns fatores: - as mulheres historicamente entraram para as disputas eleitorais muito mais tarde do que os homens e acumulam menor experiência na dinâmica partidária e eleitoral; - nas eleições municipais de 2012, foi a primeira vez que as cotas de gênero foram obrigatórias, de modo que somente agora se conseguiu colocar para as disputas eleitorais pelo menos 30% de mulheres, ao passo que os homens ainda são 70%, ou seja, numericamente muito mais homens concorrem e, conseqüentemente, eles ainda terão bem mais chances de serem eleitos; - a influência direta do apoio partidário em candidaturas eleitoralmente viáveis é fundamental para as mulheres disputarem em melhores condições, o que não acontece na realidade de hoje; - há um estereótipo, um tipo ideal, mais aceito pela sociedade em geral e que tem maior potencial de se eleger: homens, brancos, heterossexuais, financeiramente bem estabelecidos. E, por fim, mulheres candidatas e eleitas, afirmam que não encontram resistências em outras mulheres, pelo contrário, são por elas fortalecidas, estimuladas, apoiadas. Isto evidencia a presença do pacto intragênero.

De acordo com Avelar (2001, p. 160) a política é vista como uma espécie de “jogo racional de interesses [...]. A organização política é a pré-condição para a representação de qualquer grupo nas várias arenas políticas”. Portanto, uma importante estratégia para eleger mais mulheres partiria da formação política, já que desde sua criação este campo é dominado pelos homens. Compõe em uma das “medidas mais eficazes para que as mulheres possam entender a complexa relação entre a política e sua situação de vida” (AVELAR, 2001, p. 164). Além de considerar estratégico o investimento na formação política das lideranças femininas, há que se considera a importância de os movimentos feministas ofertarem atividades de formação para mulheres que são militantes partidárias ou candidatas ou parlamentares eleitas, que potenciali-

zem ou aprimorem o conhecimento delas em relação a história das lutas das mulheres e as reivindicações feministas.

Conforme afirma Matos (2013, p. 331), “é impossível transformar um fenômeno que ignoramos, que desconhecemos. Compreender é o primeiro passo para transformar”. Assim, as mulheres precisam compreender o funcionamento das estruturas de poder, onde se tomam as decisões que irão impactar na vida de coletivos populacionais e, ao mesmo tempo conhecer a história opressão a que foram (e são) submetidas num sistema patriarcal. Participar das instâncias de direções partidárias agrega um conhecimento empírico que dificilmente será encontrado sequer na literatura sobre o tema. As tensões, os debates, a vivência no cotidiano, aliado ao embasamento na literatura e a formação política, proporciona uma leitura da real forma do funcionamento das engrenagens do poder.

Conclusão

Os desafios para a maior participação das mulheres na política eleitoral são de grande monta, associa-se ao prosseguimento de uma luta histórica, datada em mais de um século de reivindicações e nas origens do movimento sufragista. A conquista do direito ao voto não assegurou a presença das mulheres nas cadeiras dos parlamentos; tampouco mostraram-se eficientes, até o presente momento, as cotas de gênero nas disputas eleitorais.

Viu-se ao longo deste artigo que são múltiplas as causas de tão escassa presença numérica de mulheres no parlamento brasileiro, dentre as quais chamam atenção: a) questões históricas da inserção das mulheres no espaço público e do papel à elas atribuído no espaço privado, no âmbito doméstico e familiar. Isto gera sobrecarga por um lado e, por outro, desinteresse delas em conhecer e participar da política partidária, bem como falta de apoio da família para sua atuação nessa esfera; b) questões amplamente difundidas pela grande imprensa e culturalmente assimiladas pela sociedade, inclusive pelas mulheres, de que o lugar delas é fora desses espaços de tomadas de decisões políticas, contaminados pela corrupção, onde absolutamente “ninguém presta”; c) a resistência dentro dos partidos políticos - tanto que foi necessário criar o dispositivo de cotas mínimas de gêneros diferentes para disputas eleitorais, já que não investem financeiramente nas candidaturas de mulheres e nem esse percentual mínimo de 30% é alcançado, uma vez que há menos de 10% de mulheres na política brasileira.

Todos esses fatores se mesclam para conformar o cenário que temos hoje, altamente conservador, refratário aos direitos humanos e as políticas de equidades de gênero. Enfrentar esse contexto exige refletir não só em torno

das dificuldades, mas também em pensar na formulação de estratégias que potencializem o rompimento deste estado das coisas, tais como os pactos intergêneros e intragêneros. Não é tarefa fácil. Mas fundamentalmente necessária.

Referências

AMORÓS, Célia. *La gran diferencia y sus penqueñas consecuencias para las luchas de las mujeres* (2005). Universidad de Valência, Instituto de la Mujer. Madrid: Ediciones Cátedra, 3. ed. 2007.

ASTELARRA, Judith. *La cultura política y las mujeres*. In: LECHNER, Norbert (compilador). *Cultura política y democratización*. Santiago do Chile: Salesianos, 1987.

ASTELARRA, Judith. *Democracia, Género y Sistema Político*. In: MEENTZEN, Angela; GOMÁRIZ, Enrique. *Democracia de Género, una propuesta inclusiva – contribuciones desde América Latina y Europa*. El Salvador, 2003.

AVELAR, Lúcia. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer. Editora da UNESP. 2001.

CASTILHOS, Clair. *Reflexões sobre mulheres e política*. Florianópolis, 2013.

CRUZ, Maria Isabel da. *A mulher na Igreja e na política*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

FALCÓN, Marta Torres. El principio de igualdad y las acciones afirmativas. Un análisis desde los derechos humanos. In: SERRET, Estela (coord.). *Democracia y ciudadanía: perspectivas críticas feministas*. Suprema Corte de Justiça da Nação, México: Fontamara, 2012, p. 93-120.

GOHN, Maria da Glória. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. *Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política*, Florianópolis (UFSC), v. 6, n. 11, p. 41-70, 2007.

GONZÁLEZ, Marta Lois. Mujeres y toma de decisiones. Una aproximación de la literatura especializada. In: OTERO, Isabel Diz; y GONZÁLEZ, Marta Lois (ed.). *Mujeres, instituciones y política*. Barcelona: Edições Bellaterra, 2007, p. 17-45.

GOSSIO, María Llena García. Las mujeres en los puestos de toma de decisiones políticas. Limitantes subjetivas y sociales para su ejercicio. In: SERRET, Estela (coord.). *Democracia y ciudadanía: perspectivas críticas feministas*. Suprema Corte de Justicia da Nação, México: Fontamara, 2012, p. 147-174.

MATOS, Marlise. Mulheres em busca de cidadania política: paradoxos de uma incompletude. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado – uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo / Edições Sesc SP, 2013, p. 315-332.

PHILLIPS, Anne. *Gênero y teoría democrática*. Tradução: Isabel Vericat. Instituto de Investigaciones Sociales, PUEG-UNAM, México: Filipinas, 1996.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 268-290, 2001.

PINHEIRO, Luana Simões. *Vozes femininas na política*. Uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. Série Documentos, Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

RODRÍGUEZ, Elena Simón. *Democracia vital*. Mulheres e homens para a cidadania plena. Edições Nancea, Madrid, 2002.

SERRET, Estela. Las bases androcáticas de la democracia moderna. In: SERRET, Estela (coord.). *Democracia y ciudadanía: perspectivas críticas feministas*. Suprema Corte de Justicia da Nação, México: Fontamara, 2012, p. 1-22.

Recebido em: 5 de fevereiro de 2020.

Aprovado em: 18 de maio de 2020.